autuado por cintiacarrer em 08/10/2026 12:08:10.



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

**PL 726/26**

Realizada a pesquisa, sobre a matéria em questão foi localizado:

Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências.

Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências.

Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997, que dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

Lei Estadual nº 12.300, de 16 de março de 2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes.



Matéria DSP 15222/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 08/10/2026 e juntado ao PL 726/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768536.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Lei Estadual nº 13.798, de 9 de novembro de 2009, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC.

Lei Municipal nº 10.365, de 22 de setembro de 1987, que disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no Município de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 11.338, de 30 de dezembro de 1992, que concede isenção e desconto no Imposto Territorial Urbano para imóveis situados em áreas de proteção aos mananciais e outras áreas ambientalmente protegidas, nas condições especificadas.

Lei Municipal nº 14.094, de 6 de dezembro de 2005, que cria o Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL.

Lei Municipal nº 14.933, de 5 de junho de 2009, que institui a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002.

Lei Municipal nº 17.104, de 30 de maio de 2019, que institui a Política Municipal de Segurança Hídrica e Gestão das Águas.

Projeto de Lei nº 726/2026, que dispõe sobre a instituição de incentivo fiscal, sob a forma de redução parcial do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, aos contribuintes titulares de unidades autônomas integrantes de condomínios edilícios residenciais e comerciais que comprovem certificação ISO 14001 válida.

Projeto de Lei nº 617/2026, que reconhece a vegetação arbórea existente e que vier a existir no Município de São Paulo como sujeito de direitos, estabelece medidas para sua proteção e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 1.538/2025, que institui o Programa “Telhado Vivo Paulistano”, cria a Rede Municipal de Coberturas Verdes Comunitárias e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 1.537/2025, que institui a Política Municipal de Incentivo ao Uso e Desenvolvimento da Energia Solar no Município de São Paulo.

Projeto de Lei nº 201/2025, que institui o Programa de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU Sustentável no Município de São Paulo e dá outras providências.



Matéria DSP 15222/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 08/10/2026 e juntado ao PL 726/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768536.

*autuado por cintiacarrer em 08/10/2026 12:08:10.*



**CÂMARA MUNICIPAL DE**
**SÃO PAULO**
**PROCURADORIA**

Projeto de Lei nº 730/2024, que dispõe sobre a criação do ISS Verde para as empresas de pequeno porte que adotarem práticas sustentáveis em seus estabelecimentos e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 627/2018, que dispõe sobre a concessão de desconto de 5% no IPTU para imóveis que adotarem práticas de preservação e proteção ambiental.

Projeto de Lei nº 568/2015, que dispõe sobre a criação do incentivo fiscal denominado IPTU Verde.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Senhor Presidente.

São Paulo, 08 de outubro de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068



**Matéria DSP 15222/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 08/10/2026 e juntado ao PL 726/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768536.**